

Trajetórias da organização político-sindical dos docentes do Oeste catarinense: um estudo descritivo¹

Lucirlene Pertuzatti Lemes*

Joviles Vitório Trevisol**

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de uma dissertação de mestrado em educação, realizada entre janeiro de 2004 a dezembro de 2006, sobre o processo de organização político-sindical dos profissionais da educação em Santa Catarina, mais particularmente no Oeste de Santa Catarina. O propósito fundamental desta pesquisa foi descrever a trajetória das lutas empreendidas pela categoria no período entre 1988 e 2006. Tomando como referência os mais importantes trabalhos sobre organização sindical no Brasil, desenvolvidos por Ricardo Antunes, Armando Boito, Leôncio Martins Rodrigues e outros, este trabalho descreve os processos de organização político-sindical dos docentes no Oeste de Santa Catarina. Por meio da pesquisa documental e das técnicas de memória oral, procurou-se conhecer as experiências vivenciadas pelos dirigentes sindicais envolvidos nesse processo. A investigação demonstrou que a organização política dos professores em Santa Catarina chegou ao seu ápice com a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), em 1998, finalizando a forte tradição assistencialista alimentada pela Associação Catarinense dos Professores (ACP) e a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc), fundadas, respectivamente, em 1952 e 1966. O Sinte fortaleceu politicamente a categoria e foi decisivo para a conquista de inúmeros direitos trabalhistas para a categoria docente em Santa Catarina. A pesquisa mostra, também, que a partir da segunda metade dos anos 90 o movimento político-sindical dos professores começa a en-

* Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Licenciada em História; professora da Unoesc e do Magistério Público Estadual.

** Doutor em Sociologia pela USP; pós-doutor pela Universidade de Coimbra (CES/UC); docente e atual coordenador do Programa de Mestrado em Educação da Unoesc; Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC; CEP 89600-000; joviles.trevisol@unoesc.edu.br

frentar dificuldades de mobilização e inicia um processo gradativo de enfraquecimento e deslegitimação, inclusive entre os professores e a comunidade escolar. O sindicalismo de luta foi substituído pelo de negociação.

Palavras-chave: Políticas públicas em educação. Organização político-sindical dos docentes em Santa Catarina. História da educação do Oeste catarinense.

1 INTRODUÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte) foi criado em 1988, e sua fundação é a mais nítida evidência dos processos de fortalecimento da organização político-sindical que ocorreram em todo o país a partir do processo de redemocratização. Nascido da Alisc e congregando as mais variadas associações de professores catarinenses, o Sinte passou a ser a mais importante organização sindical dos docentes, tornando-se o porta-voz dos interesses e dos pleitos dessa categoria profissional nos governos nas suas diversas instâncias.

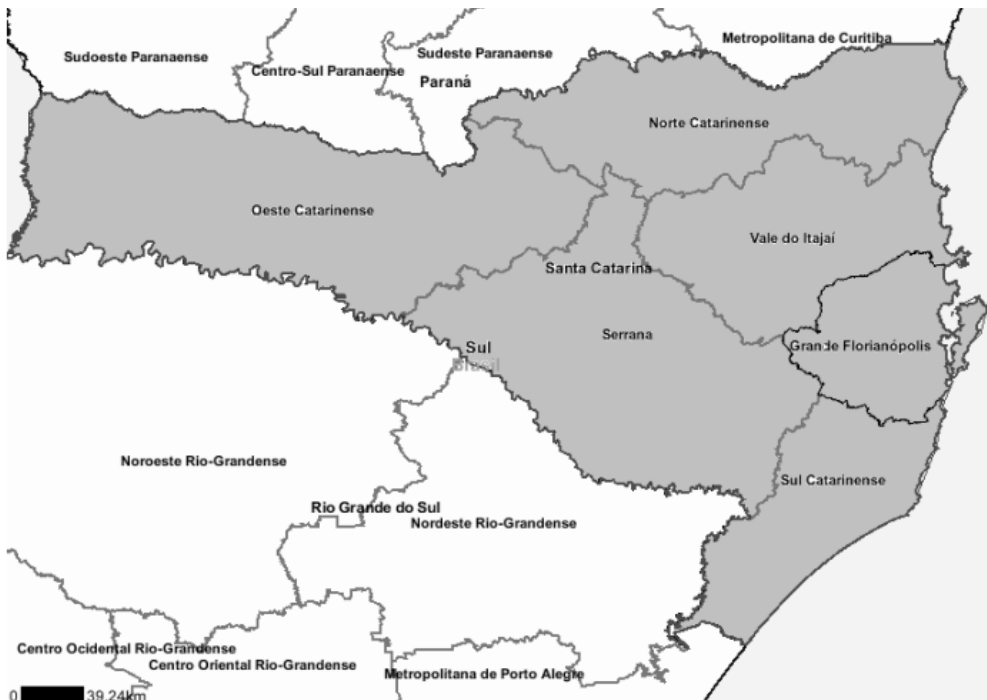
O Sinte se fortaleceu nos anos seguintes à sua criação, mas, semelhante ao que ocorreu com a maioria dos sindicatos, viu-se confrontado com enormes desafios e dificuldades. A organização político-sindical dos professores públicos catarinenses passou por mudanças significativas na última década. Diante disso, torna-se mister entender que fatores confluíram para a produção desse fato. É fundamental retroceder aos momentos que marcaram a história da sindicalização docente em Santa Catarina, com destaque para o Oeste do estado – recorte geográfico e temporal da pesquisa – para auxiliar na compreensão das conquistas, dos limites e das perspectivas para a profissão docente sob a ótica de sua organização sindical, tendo como objeto um estudo da memória dos próprios atores que vivenciaram a experiência sindical dos professores catarinenses: os dirigentes sindicais.

Algumas questões de pesquisa orientaram a presente investigação:

- a) quais foram os principais aspectos/momentos que marcaram a história das associações dos docentes do Oeste de Santa Catarina a partir dos anos 80?

- b) que estratégias de luta foram usadas para levar a termo os interesses da categoria?
- c) quais foram os principais avanços e dificuldades que a categoria profissional dos docentes vivenciou nas últimas décadas, por meio das negociações intermediadas pela sua representação sindical?
- d) que importância teve o Sinte – Regional de Maravilha – na organização e formação da consciência de categoria entre os educadores, a fim de aumentar sua representação político-sindical?

O estado de Santa Catarina e, particularmente, a Região Oeste catarinense, foi tomado como referência geográfica e política do estudo. A ênfase dada a essa região do estado deve-se ao fato de ela ter sido proeminente e ter assumido uma posição de vanguarda e liderança em todo o processo de organização político-sindical dos docentes catarinenses, sobretudo a partir da década de 1980.



Mapa 1: Mapa do estado de Santa Catarina e suas principais regiões geográficas
Fonte: De Marco e Trevisol (2007, p. 23).

Para a realização do trabalho, foram adotados procedimentos de pesquisa bibliográfica e de campo, especialmente a pesquisa documental e as entrevistas. Como instrumentos de pesquisa, fez-se uso da pesquisa documental, utilizando-se como fontes localizadas no município de Maravilha: revistas, atas, fotos e informativos da ACP, disponíveis na Coordenadoria Regional da Associação Catarinense de Professores (ACP) de Maravilha. Do Sinte – Regional de Maravilha –, utilizaram-se fotos, atas, diversas edições do Jornal do Sinte, fitas de vídeo, seus informativos e o material que compõe os arquivos do Sinte, no período compreendido entre 1988 e 2006. Também, buscaram-se subsídios documentais na sede do Sinte estadual, em janeiro de 2004, na cidade de Florianópolis, onde foram priorizadas as atas, os arquivos, as fotos, os informativos, que são enviados às regionais periodicamente, e o Jornal do Sinte, no período também compreendido entre 1988 e 2006.

Para a composição da memória oral do trabalho, foram realizadas entrevistas com antigos e atuais integrantes do movimento sindical, da Regional de Maravilha, assim como da executiva estadual. Também com professores ligados à ACP e a já extinta Alisc. Todos os entrevistados – já previamente selecionados – são professores e dirigentes de associações e do sindicato que tiveram ou têm ativa participação nos respectivos movimentos e que puderam auxiliar de forma significativa na identificação e compreensão de fatos consideráveis e que ainda não se encontravam registrados.

As entrevistas foram realizadas mediante contato direto com a maioria dos entrevistados, todas gravadas e transcritas. Apenas três entrevistas foram realizadas por meio de correio eletrônico. Para essas entrevistas, foi enviado com antecedência um roteiro de questões que, posteriormente, foram sendo discutidas *on-line*. Ao todo, foram realizadas 24 entrevistas, com 16 líderes sindicais, com algumas pessoas sendo contatadas por mais de uma vez. Foram entregues sete questionários, dos quais cinco foram respondidos. Por opção de alguns entrevistados, algumas entrevistas foram respondidas de forma escrita, pelos próprios entrevistados, possibilitando um resgate mais rico de detalhes sobre a organização político-sindical dos docentes catarinenses.

Este artigo apresenta os principais resultados de uma pesquisa sobre a organização sindical dos professores catarinenses, especialmente os da Região Oeste: suas reivindicações, bandeiras de luta, formas de mobilização, conquistas e der-

rotas. Ele está estruturado em quatro partes: a gênese da organização política dos docentes catarinense; a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina; a organização política dos docentes na Região Oeste catarinense; balanço da experiência de organização político-sindical dos docentes. Por meio desses quatro aspectos, pretende-se oferecer ao leitor uma descrição dos principais momentos e embates que marcaram a história da organização política dos docentes de Santa Catarina, a partir da segunda metade do século XX.

2 OS PRECEDENTES DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL: A ACP E A ALISC

As primeiras associações de professores em Santa Catarina surgiram ainda nas décadas de 1940 e 1950.² Sem cunho reivindicatório, os objetivos e as práticas dessas associações tinham um caráter essencialmente assistencialista e de lazer. Não diferindo em nada do que ocorria com a grande maioria dos sindicatos brasileiros do período populista, as recém-criadas associações dos professores ofereciam a seus sócios assistência médica e jurídica, lazer e, por vezes, previdência. Em 15 de outubro de 1952, é criada a primeira associação de professores em Santa Catarina, a Associação Catarinense de Professores (ACP). Ao longo das décadas, a ACP foi ampliando seu número de sócios³, aumentando seu patrimônio e também mudando seus objetivos e estratégias de luta. A partir da década de 1980 – embalada pela nova conjuntura –, suas metas ampliaram-se. Atualmente, além de administrar um considerável patrimônio, a ACP processa as reivindicações da categoria docente e as negocia com órgãos competentes, utilizando os mais variados instrumentos de ação política (LINS, 1995, 2002).

Mais tarde, em 8 de maio de 1966, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina, um grupo de professores decidiu criar uma outra associação, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc). Desafiados pelas precárias condições de trabalho e pela falta de uma associação estadual que congregasse interesses comuns e reivindicatórios, a Alisc nasceu com a finalidade de “[...] congregar os licenciados-diplomados em faculdades de Filosofia (Bacharéis e Licenciados) para que recebam o que lhes é reservado de direito, para a defesa do processo intelectual, social e engrandecimento da classe.”⁴

Embora a Alisc tenha contribuído com o processo de organização política dos docentes em Santa Catarina, ela limitou-se a aglutinar as diferentes associações municipais e regionais, em torno de um objetivo comum, que era o de fortalecer as ações judiciais impetradas contra o Estado conservador e antidemocrático. É importante destacar que a Alisc foi criada no auge da ditadura militar. A Associação, instituída por um grupo não maior que 25 professores licenciados em Filosofia, no final da década de 1970, contava com, aproximadamente, 800 associados.

Durante o período ditatorial, tanto a ACP quanto a Alisc, ficaram impedidas de assumir uma postura de enfrentamento. A ausência das liberdades civis e políticas no Brasil restringiu a ação dessas organizações, limitando-as ao trabalho assistencialista e a alguns processos impetrados na Justiça tentando reaver direitos da categoria. A bem da verdade, o golpe militar de 1964 fez silenciar todas as organizações sindicais no Brasil, assim como os movimentos sociais e as demais entidades da sociedade civil. Como tão bem descreve Teixeira (2000, p. 295):

O golpe militar de 1964 foi justificado por seus executores como intervenção necessária para a defesa da ordem e da democracia – ameaçadas, segundo eles, pela agitação de sindicalistas e comunistas. Alguns previam que seria uma intervenção de curta duração. Não foi o que aconteceu. Com o tempo, o que deveria ser provisório tornou-se permanente.

O golpe militar impôs uma camisa de força a todas as organizações sindicais no Brasil. Somente a partir da segunda metade dos anos 70 começa a ressurgir a mobilização sindical. A partir daí começa a surgir no Brasil aquilo que na literatura clássica sobre sindicatos no Brasil se convencionou chamar de “novo sindicalismo.” (BOITO, 1991; ANTUNES, 2003). Os sindicatos rompem com o histórico atrelamento com o Estado brasileiro e criam mecanismos de resistência e de pressão, reivindicando liberdade de expressão e direitos (BOITO, 1991).

3 A CRIAÇÃO DO SINTE

O ano de 1978 é tido como o divisor de águas entre o “velho” e o “novo” sindicalismo no Brasil. As greves do ABC paulista inserem um ingrediente novo

em todo o espectro político da época. Progressivamente todas as categorias profissionais no Brasil passam a reestruturar seus sindicatos a fim de fortalecerem suas lutas e reivindicações.

A força popular ressurgiu e inaugura uma onda de longa duração (AUED, 1999) para o sindicalismo no Brasil. Como destaca Antunes (2003, p. 4),

[...] somente a partir de 1978 a classe trabalhadora consegue voltar com força ao cenário político nacional [...] Iniciava-se um novo período combativo para o sindicalismo no Brasil, que ajudou a corroer as bases da ditadura militar. Greves gigantescas, luta pela liberdade, ampliação dos direitos. Eram as reivindicações dos sindicatos entre 1977 e 1983.

Ressurgem as lutas que visam construir/reconstruir as “identidades sociais e políticas” no interior da sociedade civil (AUED, 1999, p. 4). Os funcionários públicos e os docentes, em particular, também participam desse movimento político de grande escala. Os anos 80 foram, inegavelmente, os “anos dourados” para a organização política dos docentes em Santa Catarina. Como destaca Daros (1999), os professores passam a converter a consciência política dos problemas educacionais do Estado em estratégias de luta e reivindicação.

Feito uma onda, as associações regionais e municipais de todo o Estado de Santa Catarina “[...] ressurgem e demonstram poder de mobilização [...]” (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2000, p. 10). Encorajados pela força que o movimento adquiria, os professores que formavam as associações de São Miguel do Oeste (Asmop) e a de Maravilha (Apromar) juntaram-se às demais associações do Estado e começaram a formular, no início da década de 1980, documentos que continham as reivindicações dos professores que iam desde reposição salarial até participação efetiva nas decisões e formulação das políticas públicas relacionadas à educação catarinense.

A partir de então, o cunho reivindicatório é incorporado à Alisc, e os anos seguintes são marcados pela luta organizada e por greves, longas e audaciosas. Os professores organizados em torno da Alisc tomam como eixo central de suas lutas: abrir espaços para discutir com os demais trabalhadores formas eficazes de se fazer representar na Constituinte, e garantir direitos trabalhistas, entre os quais, o direito à sindicalização dos servidores públicos, o direito à greve e à ges-

tão democrática da escola. Iniciam-se, então, as discussões sobre a conversão da Alisc em um sindicato dos professores de todo o estado de Santa Catarina. Em 1985, depois de um processo de discussão bastante tumultuado, envolvendo a diretoria e parte de seus associados, a Alisc filia-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e assume um perfil de esquerda e combativo.

Alicerçados no direito à sindicalização, garantido pela Constituição de 1988, os professores catarinenses criaram, em 4 de outubro de 1988, o Sinte. A assembléia geral de fundação foi realizada em Florianópolis, nas dependências do Colégio Estadual Henrique Stodiek, com votação do estatuto e constituição de uma diretoria provisória. Em 1989, em nova assembléia estadual do magistério, realizada em Rio do Sul, com representantes de todas as regionais, foi votado o estatuto oficial do Sinte. Nessa mesma assembléia, foi ainda aprovada a realização do I Congresso Estadual dos Trabalhadores da Educação, no mês de setembro, na cidade de Joinville.

Com a criação do Sinte, a Alisc e outros tantos núcleos e associações de professores catarinenses, assim como de orientadores e supervisores que existiam de forma independente, passaram a integrar um único sindicato. A partir de então, a luta concentra-se na defesa da escola pública, na construção de um plano de carreira e na definição de um plano estadual de educação. Apesar das dificuldades enfrentadas, a criação do Sinte era um anseio e uma necessidade. O Sinte deu unidade e sustentação às lutas dos docentes.

Depois da efetivação do Sinte, em 1988, a Apromar logo se mobilizou para se transformar em uma das coordenações regionais do sindicato, que, naquele momento, em 1989, eram denominadas núcleos. Eram 18 núcleos sediados por todo o estado, com o objetivo de somar forças e consolidar a organização sindical, que estava ganhando grande repercussão na imprensa, em virtude de mobilizações e das constantes greves, que atingiam grande parte da população catarinense. Assim, em 14 de outubro de 1989, a Apromar passou a constituir o Núcleo do Sinte/Maravilha.

Nos anos seguintes, o Sinte ramificou-se por todo o estado, mediante a instalação dos Sintes regionais, e se consolida como um ator político importante em Santa Catarina, assumindo a coordenação de todas as demandas e reivindicações da categoria. Passou a promover e coordenar inúmeras greves ao longo dos anos 90, com o propósito de pleitear melhores salários e condições de trabalho aos professores.

Atualmente, o Sinte está presente em 30 regionais de Santa Catarina, totalizando 20.921 sócios.

Tabela 1: Número de filiados do Sinte em cada regional do estado (distribuição pelo percentual de sócios)

Número da regional	Cidade onde está instalada	Número de sócios	Número de professores estaduais	Percentual de sócios
2 ^a	Tubarão	1.756	3.69	55,41
23 ^a	Maravilha	473	879	53,81
11 ^a	Chapecó	1.039	2.081	49,93
12 ^a	São Miguel do Oeste	890	1.799	49,47
27 ^a	São Lourenço do Oeste	387	867	44,64
7 ^a	Lages	1.239	2.833	43,73
31 ^a	Palmitos	307	729	42,11
3 ^a	Criciúma	1.654	4.069	40,65
24 ^a	Curitibanos	299	764	39,14
28 ^a	Campos Novos	234	610	38,36
4 ^a	Blumenau	1.377	3.609	38,15
17 ^a	Xanxerê	599	1.600	37,44
13 ^a	Itajaí	1.129	3.120	36,19
15 ^a	Araranguá	813	2.363	34,41
16 ^a	Brusque	597	1.795	33,26
30 ^a	São Joaquim	224	724	30,94
9 ^a	Joaçaba	493	1.596	30,89
5 ^a	Joinville	1.237	4.111	30,09
20 ^a	Laguna	614	2.078	29,55
29 ^a	Videira	256	921	27,80
25 ^a	Ibirama	231	841	27,47
14 ^a	Caçador	243	941	25,82
1 ^a	Florianópolis / São José	2.742	10.755	25,50
8 ^a	Mafra	506	2.001	25,29
18 ^a	Canoinhas	392	1.591	24,64
6 ^a	Rio do Sul	370	1.502	24,63
21 ^a	Ituporanga	201	829	24,25
19 ^a	Jaraguá do Sul	310	1.312	23,63
10 ^a	Concórdia	309	1.505	20,53
Total		20.921	60.994	34,30

Fonte: com base em Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (2006).

Nota: os números das regionais de Florianópolis e São José foram computados de forma conjunta, mesmo sendo duas regionais distintas.

O número de sócios oscila consideravelmente. Do total de professores catarinenses da rede pública estadual (ativos e inativos) atualmente, 34% estão filiados ao Sinte.

4 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS DOCENTES NO OESTE CATARINENSE

Similar ao ocorrido em todo o Brasil, foi a partir da década de 1970 do século passado que os professores da Região Oeste de Santa Catarina intensificaram os processos de organização político-sindical. Várias associações regionais foram criadas, especialmente nas maiores cidades da região, como Campo Erê, São Lourenço do Oeste, São José do Cedro, Itapiranga, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Mondaí, Romelândia, Palmitos e Maravilha.

Em virtude da expressa proibição dos militares para a criação de sindicatos, os professores buscavam nas associações, a maioria de caráter recreativo, espaços para a organização e mobilização da categoria. Como descreve uma das lideranças mais importantes dos professores daquele período, “Naquela época (década de 1970), era proibido criar sindicatos, apenas associações, as quais nunca podiam falar em luta de classes; apenas fazer festinhas e reuniões insossas sem cunho político-partidário.”⁵

Entre as associações de docentes da Região Oeste de Santa Catarina criadas nos anos 70, estava a Associação de Professores do Município de Maravilha (Apromar), instituída no dia 26 de maio de 1975, por um grupo de professores não superior a 60. As reuniões da entidade tinham um caráter recreativo para não atrair a atenção dos representantes/defensores do regime militar vigente. A primeira manifestação pública da Apromar, denunciando a precariedade do ensino público, ocorreu apenas em 1979 e foi organizada em conjunto com a Associação Migueloestina de Professores (Asmop); consistiu na divulgação de um panfleto à população, intitulado “Mobilização dos Professores do Estado de Santa Catarina.” Para evitar a repressão do Departamento Oficial da Polícia Secreta (Dops), os panfletos foram distribuídos à noite, deixados sob as portas das residências.

O ano de 1980 foi extremamente importante para a organização política dos professores da Região Oeste e do estado. Impulsionados pelos movimentos grevistas, especialmente os da região do ABC paulista, os docentes organizaram diversas manifestações em diferentes cidades, assim como intensificaram o processo de organização.

Em sintonia com o que vinha ocorrendo no Brasil, a idéia de recorrer à greve como instrumento de luta política ganhou muita força no final da década de 1970. No ano de 1980 foi organizada a primeira greve do magistério público catarinense, que tinha como propósito fundamental exigir do governador do Estado, Sr. Jorge Konder Bornhausen, melhores condições de trabalho e remuneração. Um dos organizadores do movimento grevista daquela ocasião e ex-presidente da Alisc relata a seguir os anseios e as expectativas dos professores durante a greve realizada em 1980.

Pensar que éramos conformados com a situação política e econômica da época é um erro. Fomos por muito tempo retraídos, mas não conseguimos sufocar nossa voz. E a coragem que tivemos mostra isso. “Mobilização dos professores do estado de Santa Catarina, visando à democratização da Educação”, eram essas as palavras de ordem contidas no 1º panfleto distribuído para a comunidade escolar em 1979. O texto referia-se aos baixos salários da categoria e as precárias condições de trabalho vividas nas escolas públicas do Estado; sugeria que os professores permanecessem de luto e organizassem suas ações nas bases das associações de professores municipais, tornando-se dirigentes desses núcleos de professores. A idéia do panfleto partiu da Associação Migueloestina de Professores (Asmop) onde eu era presidente na época. O nosso grande objetivo era aproximar a categoria, então fazíamos reuniões com almoços ou jantares no final de semana. Assim podíamos discutir, de forma camuflada, as dificuldades da profissão e o fato de sermos impedidos de fazer greve ou mesmo de organizar sindicatos, podíamos apenas criar associações com finalidade de “lazer e recreação” [...] O movimento cresceu e se estendeu nesta ordem: São Miguel do Oeste, Itapiranga, São José do Cedro, Maravilha, Chapecó, Xaxim, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Lages, Blumenau e Florianópolis. As discussões aprofundavam-se, e um dos fatos que sucateou os salários e condições de trabalho foi a implantação do Estatuto do Magistério, aprovado em 1975. Os professores

recebiam por aulas dadas e a partir daí passaram a receber por planos de 20 e 40 horas semanais. Esse Estatuto foi imposto pelo Governo Federal aos Estados da União, como condição para obter verbas federais. Foi escrito nos gabinetes da Secretaria da Educação e aprovado pela Assembléia Legislativa por ampla maioria que apoiava o governo. Ficamos sabendo da Lei no Diário Oficial do Estado, que trouxe também à luz os concursos públicos que há mais de 14 anos não eram realizados. Outros fatos que influenciavam a mobilização eram a anistia política e as greves no ABC paulista. A ditadura era cerrada, mas já era possível pensar que não seria eterna.⁶

Encorajados pela crescente dinâmica de crescimento, os professores que formavam as associações de São Miguel do Oeste (Asmop) e de Maravilha (Apromar) juntaram-se às demais associações do estado e formularam, em Blumenau, um documento que foi entregue, no dia 1º de maio de 1980, ao então Governador do Estado, Sr. Jorge Bornhausen. O documento continha as reivindicações dos professores que iam desde reposição salarial até a participação efetiva nas decisões e formulação das políticas públicas relacionadas à educação catarinense.

Os professores exigiram que as reivindicações fossem atendidas no prazo de 30 dias. Sabedores, no entanto, das dificuldades que encontrariam em ser atendidos, organizaram outras formas de pressão. Em São Miguel do Oeste, os professores decidiram realizar uma passeata, visando pressionar o governo e sensibilizar a população sobre os pleitos que estavam sendo formulados pelo magistério público catarinense. O depoimento a seguir, feito por um dos organizadores da passeata, descreve em detalhes a manifestação.

Em agosto de 1980 ocorreu a primeira passeata de toda mobilização histórica do magistério catarinense, em São Miguel do Oeste. A passeata contou com alunos, funcionários, professores e funcionários da Escola Básica São Miguel. Organizamo-nos com cartazes, palavras de ordem e cantinhos bem ensaiados. Lotamos as ruas de São Miguel do Oeste, numa sexta-feira quente em todos os sentidos; éramos observados e acompanhados por agentes federais e por “espiões” que anotavam nossos nomes, muitos dos quais nossos próprios alunos. E como já esperávamos, precisamos nos justificar

já na segunda-feira. Antes disso, reunimo-nos no domingo e combinamos que, se chamados, daríamos depoimentos diferentes, desencontrados e não entregaríamos os nomes de ninguém. Logo cedo, fomos intimados a depor na Polícia Federal. O principal objetivo do delegado era identificar os líderes da baderna. Diziam que havia três mais exaltados: o pior, o que mais gritava e gesticulava, era um alto, barbudo e magro; outro, gordo e parcialmente careca e uma loira alta, nervosa e exaltada. O primeiro, sabíamos se tratar de eu mesmo – professor Élvio –; o segundo era um membro da comunidade escolar, apelidado de caminhoneiro; e a terceira, nossa colega Nucha. Entretanto, para a polícia, ninguém sabia quem eram, ninguém os havia vistos. A passeata havia sido ordeira, pacífica, com poucas pessoas convidadas. Os demais? Ninguém os havia convidado, foram se juntando à passeata e nós, do Colégio São Miguel, não tínhamos nada a ver com as proporções tomadas pela passeata, ou seja, mentimos por 4 horas, e a polícia teve mesmo foi muito trabalho para compilar os depoimentos desencontrados. Por fim fomos todos liberados.⁷

Como não haviam recebido resposta satisfatória do Governador do Estado, os professores organizaram-se em suas regiões, a fim de discutir a possibilidade de uma greve estadual. A Região Oeste reuniu-se em Chapecó e, segundo o depoimento de um dos organizadores, a manifestação serviu de referência ao movimento grevista em todo o estado:

Quando voltamos de Brasília, as lideranças das associações do Oeste, fomos planejando uma passeata em Chapecó que reuniria os professores da região de Joaçaba até São Miguel do Oeste. Esperávamos em torno de 1.000 professores porque organizamos bem toda a região. Não que fosse fácil fazer os convites, pois estes tinham que ser feitos de forma direta e nem sempre chegar até os professores era uma tarefa fácil. Em algumas visitas, éramos insultados, mas mesmo assim prosseguimos. [...] Esperávamos um grande número de professores, mas qual não foi nossa surpresa quando avistamos ônibus lotados, carros, motos e até bicicletas com as quais chegavam os professores, de toda a Região Oeste. Logo a baixada da Avenida Getúlio Vargas estava lotada. Compareceram mais de 1.000 professores, reunidos e identificados por pelotões, por escolas, por municípios.

Traziam faixas de revolta, palavras de ordem pedindo a dignidade da educação catarinense, alguns cantavam o Hino Nacional, outros marchavam cabisbaixos, demonstrando a indignação coletiva. Eu, sozinho, porque estávamos com bastante medo, subi no carro de som que havíamos alugado e fui identificando o movimento. Logo os dois lados da avenida estavam lotados, o centro de Chapecó parou, os comerciantes e a população só nos observavam. Mas não eram os únicos. Andamos até o largo da Catedral, até porque achávamos que ali não abririam a pancadaria contra os manifestantes. Todas as esquinas estavam cercadas pelos batalhões de choque, onde os comandantes gesticulavam, ora pedindo para que parássemos, ora mostrando as armas e os cassetetes com gestos claros de que poderiam atacar. Por várias vezes vieram até o carro de som pedir para que terminássemos com a “baderna”. Confesso que em alguns momentos tive muito medo de ser alvejado por uma bala ou mesmo pela pancadaria que poderia ser desencadeada. Em dado momento, sentindo-me acuado, senti uma mão no meu ombro que veio até o carro de som e disse: Continua, ninguém vai lhe fazer nada; a causa é justa e se precisar estou aqui. Era uma pessoa que não fazia parte do magistério, mas que possuía grande influência em Chapecó e na região, e sua presença como que coibia os policiais. Tratava-se do Bispo Dom José Gomes. Está guardada na memória sua contribuição. Se a passeata em Chapecó não tivesse aquelas proporções, talvez a greve de 80 nem tivesse ocorrido. Voltando à passeata. Os professores nunca gritaram tanto como naquele dia, estava ali evidenciada a inconformidade do magistério público catarinense. Depois de terminado o ato público, tornamos a reunir as lideranças e passamos a nos mobilizar para a primeira assembléia estadual dos professores de Santa Catarina, que efetivamente reuniria os professores, já que os outros encontros eram sempre realizados somente pelas lideranças regionais.⁸

É importante destacar que a passeata teve grande repercussão, e seu sucesso fortaleceu a assembléia da Alisc realizada em Blumenau, momento no qual se decidiu realizar a primeira greve dos professores em Santa Catarina. O depoimento seguinte, dado por um dos participantes e organizadores da passeata, destaca alguns dos aspectos que marcaram o ato público em Chapecó.

Para aquela “3ª reunião dos bagunceiros”, foi confirmada a presença do então presidente da Alisc, professor Mauro Francisco

Vieira, de Florianópolis. “Olheiros da Oficialidade” também compareceram e foi espalhado um boato, segundo o qual, se os docentes promovessem uma passeata, haveria prisões, notadamente, das lideranças. Isso não nos intimidou. As “autoridades” contavam que, com seus Boatos de ameaças, a assembléia fracassaria, que – quando muito – umas cem pessoas iriam comparecer. Enganaram-se os ameaçadores. Só de Itapiranga vieram dois ônibus lotados de docentes – e o inesperado, que deixou muita gente boquiaberta –, o Sr. Otmar Schneiders, na época prefeito (nomeado) de Itapiranga, manifestou publicamente o seu irrestrito apoio à causa dos docentes, contrariando assim – frontalmente – “ordens superiores [...]” A passeata foi realizada, ao longo da Avenida Getúlio Vargas, em Chapecó, da qual um número superior a mil docentes participara, segundo informações da Polícia Militar, que teve uma atuação exemplar na manutenção da ordem, durante a “passeata” que transcorreu sem incidentes. Ao final da “manifestação pública”, o Presidente da Alisc exclamou emocionado: “Eu nunca esperava tal mobilização aqui, no Oeste [...]!”⁹

Segundo Souza (1996, p. 30), depois de entregar as reivindicações – que incluía a reclassificação de um Plano de Cargos e Salários, acompanhada pela abertura de concursos públicos para vários segmentos do magistério, entre eles, os especialistas em assuntos educacionais – ao governador do Estado, Sr. Jorge Konder Bornhausen, em 1 de maio de 1980, os professores aguardaram esperançosos uma proposta de reposição, que logo foi desconsiderada pelo governo. As palavras de Mauro Vieira (apud DAROS, 1999, p. 55), presidente da Alisc na época, publicadas no Jornal de Santa Catarina, no dia 9 de julho de 1980, reproduziram o sentimento dos professores naquele momento: “[...] naquele momento começamos a acreditar no processo de redemocratização do país, onde todos têm o direito de opinar e verem realizadas suas primordiais reivindicações; mas após virarmos as costas, fomos tirados da jogada.”

Como não tiveram suas reivindicações atendidas, os professores estaduais reunidos em 17 de novembro de 1980, na cidade de Blumenau, com um número superior a 3.000 professores, representando 57 municípios catarinenses, decidiram realizar a primeira greve dos servidores do magistério público catarinense. Na mesma assembléia, foi eleita uma comissão para negociar com o governo. Daros (1999, p. 57) destaca que a comissão era composta por membros da As-

sociação de Professores do Médio Vale do Itajaí e da Associação dos Professores de Chapecó, além de representantes da Alisc. Sobre a assembléia realizada em Blumenau, um dos professores participantes assim se refere:

Na época, a imprensa noticiava de 3 a 4 mil professores presentes, nós sabíamos e vimos que tinha muito mais. Quando os professores foram chegando para avaliar as propostas do governo, sentavam-se comportados; mas quando chegou a caravana do oeste gritando: greve, greve, greve! O ginásio veio abaixo. Nesse momento, senti a liberdade e a democracia que perdi com o golpe militar de 1964 pulsar novamente. Então o presidente da Alisc Sr. Mauro Vieira pediu para que eu presidisse a assembléia. Bastou ler a resposta enviada pelo governador [...] e encaminhar para votação. Foi rejeitada a proposta do governador por unanimidade. Votamos uma nova pauta de reivindicações e com ela deflagramos a primeira e a maior greve da história do magistério catarinense, que começou grande e cresceu ainda mais. Continuamos a fazer assembléias estaduais, em igrejas, catedrais, ginásios [...], sempre conclamando os professores para que aderissem à greve. Éramos sempre vigiados pela polícia, contra mim, que consideravam ser o líder do movimento, foi emitido mandado de prisão. Precisei me esconder até o próprio governador, que havia ordenado o mandado, retirá-lo; afinal, isso não seria bom para sua carreira política e de nada adiantaria prender apenas um professor, na verdade, nem milhares. A greve cresceu muito, a imprensa passou a dar ampla cobertura ao fato, mesmo com informações desconstruídas. O governo anunciava que, dos mais de 35.000 professores na época, apenas algo em torno de 20% estavam em greve. Nós sabíamos e tínhamos a certeza de que quase 90% estavam paralisados; mesmo indo contra todas as ameaças, que incluíam até terminar o ano letivo com antecedência, diminuindo os dias letivos. Assim, estaríamos de férias, não em greve. Saímos da primeira greve com um saldo positivo, apesar de nossas reivindicações não serem todas atendidas, principalmente na questão da eleição para diretores de escola. As duas semanas de paralisação serviram, principalmente, para fortalecer a Alisc enquanto entidade de classe e para chamar a atenção da população catarinense para o descaso atribuído à educação. Depois da greve, foi realizada nova eleição para a diretoria da Alisc, onde assumi a presidência nos anos de 1981 e 1982. Como presidente, encampamos a luta para mudar o estatuto e torná-

la uma pré-sindical. Afinal, eram essas as nossas atribuições, mas a criação do Sinte só foi possível com a mudança na Constituição em 1988. Também conseguimos fazer com que a Associação crescesse muito, fato que se deve não a uma diretoria específica, pois se todas as regionais não estivessem engajadas, a greve de 80 não teria tal repercussão. No início de 1981, a Alisc contava, em números aproximados, com 800 sócios. Em 1983, esse número chegava a 6.500. Quantos somos hoje? Nossa luta não foi em vão! Nada é mais gratificante que construir nossa própria história.¹⁰

Os fatos ocorridos quando da deflagração da primeira greve do magistério público catarinense também são descritos pelo Presidente da Associação dos Professores da cidade de Romelândia, Sílvio Michells. O professor ressalta a ampla participação dos docentes de todo o estado de Santa Catarina, em especial, a força da participação dos professores do Oeste catarinense:

Lotamos dois ônibus e fomos à reunião geral, em Blumenau. Confeccionamos cartazes e entramos no salão com eles, gritando: Greve! Greve! O presidente da Alisc ficou estarelecido, pois era proibida greve na Constituição. Como suspeitamos que daquele “mato não saia coelho”, falei com o Élvio Prevedello: Vai lá e toma conta da reunião. Foi o que ele fez. Aprovamos a greve e saímos em passeata pela cidade em pleno pique, pois era exatamente meio-dia. Eu ia na frente juntamente com a Ideli Salvatti com um cartaz, e a Ideli dando de dedo nas pessoas dizendo: Você aí parado, venha para o nosso lado porque você também está sendo explorado. [...] Recebemos um pequeno aumento em 1980, mas ninguém foi punido. Em 1801 tivemos mais de 70% de aumento.¹¹

A primeira greve do magistério público catarinense foi marcada por intensas lutas e mobilizações, tanto pelo movimento grevista como pelo Governo do Estado. Segundo Daros (1999, p. 58), o governo, tentando descaracterizar a greve, enviou um projeto para a Assembléia Legislativa, propondo a diminuição do ano letivo de 200 para 180 dias. Assim, os professores estariam de recesso, e não em greve. Para espanto e indignação dos professores, o projeto foi aprovado na Assembléia, pela grande maioria, pela bancada do Partido Democrático Social (PDS), recebendo severas críticas dos deputados do Partido do Movimen-

to Democrático Brasileiro (PMDB). O Governo do Estado também ameaçou encerrar o ano letivo com provas finais que seriam aplicadas aos alunos pelos próprios diretores de escolas, fato que recebeu a aprovação, mediante a resolução, do próprio Conselho Estadual de Educação, que alegou ser competência do governo estadual administrar a educação pública.

Ao mesmo tempo em que o Governo do Estado possuía mecanismos para prescindir da presença dos professores nas escolas, a greve cresceu. Cidades como Joinville, Criciúma, Itajaí, Joaçaba e Tubarão continuaram fazendo assembléias e organizando as associações locais. Para a comissão central que coordenava o movimento, com sede em Blumenau, a paralisação atingiu 85% dos 35.000 professores.

Diante dessa conjuntura, os professores lançaram uma nota pública repudiando a bancada do PDS. Com tantas pressões, o Governo Estadual recuou. Não colocou em vigor a decisão de encerrar o ano letivo e comprometeu-se em não punir os grevistas, além de contemplar algumas reivindicações salariais. No entanto, não aceitou discutir a eleição para diretores. Com tais medidas, os professores, depois de reunirem-se em assembléia na cidade de Blumenau, no dia 28 de novembro de 1980, decidem voltar às aulas.

Em uma época em que o país estava engatinhando no processo democrático e as tensões ainda afloravam de forma ameaçadora, os professores catarinenses conseguiram conquistas que não seriam possíveis sem o engajamento coletivo e sua organização sindical. Para Souza (1996, p. 9), a Alisc intermediou as negociações da greve de 80 como a “representante sindical dos professores”, tendo como uma das principais conquistas a reclassificação dos salários, que possibilitou o enquadramento dos professores licenciados de acordo com sua qualificação e contemplou as horas dedicadas aos cursos de aperfeiçoamento, em um ensaio para o plano de carreira, conquistado posteriormente.

A partir de 1980, o instrumento da greve passou a ser amplamente utilizado pelos professores como forma de luta e pressão política. De acordo com o levantamento realizado pela pesquisa, entre 1980 e 2006, os professores catarinenses organizaram 16 greves. A seguir apresenta-se um quadro-síntese com os principais aspectos de cada uma das greves realizadas nesse período.

Ano/ período	Governador	Reivindicações	Conquistas	Detalhes
1980 – 18 a 29 de novembro – 12 dias de paralisação	Jorge Konder Bornhausen	Não-punição dos dirigentes das escolas, professores e alunos envolvidos no movimento; enquadramento no magistério público de 1º e 2º grau dos professores designados; reivindicações quanto ao Plano de Cargos e Salários; 70% de reposição salarial e a realização de eleições diretas dos diretores pelos professores dos respectivos estabelecimentos de ensino.	A não-publicação da lei que modificava o ano letivo; não-punição aos professores grevistas, vinculando-a ao retorno às aulas; contemplação de algumas reivindicações salariais.	Primeira greve de entidade sindical no estado e a segunda da categoria no Brasil. A Alisc possuía em torno de 800 associados. O governo, em uma manobra política, conseguiu a aprovação na Assembléia Legislativa de um projeto que reduziria os dias letivos de 210 para 180. Além disso, a Secretaria da Educação, mediante o Conselho Estadual de Educação, fixa normas sobre a verificação do rendimento escolar, atribuindo plenos poderes às direções das escolas à avaliação e concessão de notas ou conceitos máximos aos alunos. Entretanto, nenhuma das medidas foi colocada em prática.
1983 – 1 a 15 de maio – 15 dias de paralisação	Esperidião Amin Helou Filho	A elaboração do Plano Estadual de Educação.	A aprovação pela Assembléia Legislativa, em 1984, do Plano Estadual de Educação; aprovação da Lei 6.709, em dezembro de 1985, que regulamentava as eleições para diretores de escolas.	Segunda greve do magistério público catarinense. As discussões envolveram mais de 1 milhão de pessoas, em todas as regiões do estado.

<p>1986 – agosto – 15 dias de paralisação</p>	<p>Esperidião Amin Helou Filho</p>	<p>Derrubada do veto à Lei que previa um piso salarial de 3 salários mínimos para o magistério.</p>	<p>Os professores não conseguiram manter o piso salarial.</p>	<p>Em 29 de julho, foi assinado o Decreto 29.790 que criava o Conselho Deliberativo Escolar.</p>
<p>1987 – maio a julho – 54 dias de paralisação</p>	<p>Pedro Ivo Figueiredo Campos</p>	<p>O pagamento dos gatilhos (uma política do governo federal), dos salários que estavam atrasados, além da tentativa de impedir a demissão de 20 mil funcionários públicos, anunciada pelo governo, alegando falta de recursos financeiros.</p>	<p>Conseguiram garantir a manutenção dos gatilhos e o pagamento dos salários atrasados.</p>	<p>Primeira greve conjunta com o funcionalismo público estadual. O governo descontou os dias parados, e por duas vezes aconteceram confrontos com a PM, em que grevistas acabaram sendo hospitalizados. Dois professores e um supervisor escolar fizeram greve de fome para pressionar o governo a negociar. O governo também acabou com as eleições para diretores e revogou a criação do Conselho Deliberativo Escolar.</p>
<p>1988 – uma semana de paralisação</p>	<p>Pedro Ivo Figueiredo Campos</p>	<p>O mesmo reajuste atribuído aos militares.</p>		<p>O governador concedeu representação especial para oficiais e reajuste para todos os militares; beneficiando os cargos comissionados com isonomia e criou mais cargos comissionados na SED; o mesmo reajuste que concedeu para os desembargadores vetou para o funcionalismo público, requerendo inconstitucionalidade.</p>

<p>1989 – 30 de março a 18 de abril – 19 dias de paralisação</p>	<p>Pedro Ivo Figueiredo de Campos</p>	<p>Pagamento em abril das URPs devidas (26,05% e 21,39%); parcelamento, em maio e junho, de 76% referentes à complementação dos 200% de reposição salarial; eleição para diretores de escolas; cumprimento da Lei de Anistia das faltas e dos processos administrativos das greves de 87 e 88; implantação da 3ª etapa do Plano de Carreira; concurso público; política salarial definida em lei e não-punição dos grevistas.</p>	<p>Eleição para diretores; concurso público; implantação da 3ª etapa do Plano de Carreira com a segunda; política salarial; recuperação de parte das perdas; não-punição aos grevistas.</p>	<p>O Sinte / SC deu início à luta contra a discriminação racial, com o Sindicato dos Bancários.</p>
<p>1989 – 5 a 31 de outubro – 27 dias de paralisação</p>	<p>Pedro Ivo Figueiredo de Campos</p>	<p>Reposição das perdas, que chegavam a 179%; cumprimento do acordo da primeira greve, rompido pelo governo do Estado; piso salarial único de um salário mínimo do Dieese (em março de 87 o salário dos servidores era de 3,5 salários mínimos, em outubro baixou para 1,5 salário mínimo); aumento real de</p>	<p>Para pôr fim à greve, o governo promete: a recuperação das perdas; política salarial e abono de faltas.</p>	<p>De 6 a 10 de setembro aconteceu, em Joinville, o primeiro Congresso do Sinte / SC.</p>

		59%; reajuste mensal pelo ICV do Dieese; Plano único de Cargos e Salários; democratização dos serviços públicos; contra a privatização e garantia de verbas para o serviço público.		
1990 – 15 a 25 de maio – 11 dias de paralisação	Casildo João Maldaner (Vice-governador em exercício)	Reposição das perdas (111%); Plano de Cargos e Salários; estatuto que contemplasse as reivindicações dos servidores; liberação do FGTS; enquadramento das merendeiras, vigias, serventes e conveniados; contra a liquidação do serviço público; não-pagamento da dívida externa; não-punição dos grevistas.	Promessas do governo: manutenção dos canais permanentes de negociação entre o governo e sindicatos; reconhecimento da dívida com os servidores e da defasagem salarial; empenho no sentido de abatimento da dívida até a liquidação total; manutenção da política salarial prevista pela Lei 7.802; encaminhamento do novo estatuto e plano de carreira; agilização dos estudos para reconhecimento do vínculo empregatício para serventes e merendeiras; elaboração do projeto para liberação de dirigentes sindicais; cumprimento do	Nesse mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 8.040, que regulamentava a eleição para diretores de escolas.

			cronograma para implantação do Regime Único; desconto dos dias parados sem outras repercussões na vida funcional dos servidores.	
1990 – 18 de setembro a 23 de outubro – 36 dias paralisados	Casildo João Maldaner (Vice-governador em exercício)	O cumprimento das promessas feitas pelo governo nas negociações da greve anterior (maio de 1990).	Não houve acordo e nem cumprimento das promessas feitas anteriormente.	No dia 26 de setembro, a PM investiu contra os manifestantes, que estavam fazendo uma passeata em Florianópolis, jogando bombas de gás lacrimogêneo. Além disso, o governador em exercício afirmou que o Estado não tinha dinheiro, mas concedeu até 90% de reajuste para os cargos comissionados que exerciam atividades de engenharia e 21% para o Judiciário.
1991 – 5 de agosto a 7 de outubro – 64 dias de paralisação	Vilson Pedro Kleinübing	Reposição das perdas de 394%; pagamento em dia dos salários; Plano de Cargos e Salários; política salarial mensal, com reajustes conforme a inflação; solução das questões funcionais específicas (ACTs, serventes e merendeiras, Fesc/FCEE e aposentados contra	Propostas que colocaram fim à greve: encaminhamento para a Assembleia Legislativa do Projeto de Lei disciplinando a admissão de ACTs; realização de concurso público; extensão de gratificação ao pessoal da extinta Fesc e aos aposentados; gratificação de 10% aos	O segundo semestre do ano letivo de 1991 iniciou com todas as redes públicas em greve (Ufsc, Udesc, escolas estaduais e escolas municipais de Florianópolis). Foi então deflagrado o movimento SOS Escola Pública, que lutava contra: o sucateamento das escolas; a desvalorização do serviço público;

		<p>a municipalização do ensino; melhoria da qualidade dos serviços públicos e concurso de ingresso.</p>	<p>especialistas; melhoria de gratificação de diretores e adjuntos; agilização dos processos de aposentadoria especial aos especialistas; regularização da situação funcional dos servidores da extinta Fesc; possibilidade de resolver a questão do acesso funcional; elaboração do Plano Estadual de Educação após aprovação da LDB; definição de nova tabela de vencimentos, com correção de deficiências na carreira.</p>	<p>a queda na qualidade do ensino e a defasagem total do material didático. Houve desconto dos dias parados. Em 16 de abril do mesmo ano, foi publicada, pela 1ª vez no Diário Catarinense, a Coluna do Sinte.</p>
<p>1993 – 5 de agosto a 13 de setembro – 40 dias de paralisação</p>	<p>Vilson Pedro Kleinübing</p>	<p>Reivindicação de uma política salarial com 100% da inflação; retorno do triênio de 6%; melhores condições de trabalho; hora-atividade para professor de pré a 4ª série; eleição para diretores de escolas; democratização e melhoria do atendimento do Ipesc; novo Plano de Carreira, com recuperação das perdas.</p>		<p>Os professores fizeram um acampamento na Assembleia Legislativa como forma de pressionar os deputados a intervirem nas negociações com o governo do Estado. Nesse mesmo movimento, professores e a diretoria do Sinte fecharam o prédio da Secretaria da Administração durante 45 minutos, buscando audiência de negociação com o Secretário Luiz Carlos Carvalho. O movimento dos profes-</p>

				sores foi processado judicialmente. Entretanto, não foi condenado.
1995 – 24 de abril a 21 de junho – 59 dias de paralisação	Paulo Afonso Evangelista Vieira	Reposição das perdas salariais; piso salarial profissional nacional (5,4 SM em março); recomposição da tabela em 3% entre os níveis (era 2,75%); isonomia entre os três poderes; reajuste mensal de acordo com a inflação; eleição direta nas escolas; concurso público anual; retorno do triênio de 6%; auxílio alimentação, transporte para o difícil acesso e adicional noturno; regulamentação da insalubridade para agentes de serviços gerais; ampliação e liberação de dirigentes sindicais; aposentadoria especial para os especialistas em educação; retorno a 8% de contribuição ao Ipesc; e não a qualquer tipo de punição.	O piso salarial passou de R\$ 215,00 para R\$ 277,00; o governo prometeu a devolução dos 10% de regência de classe incorporados ao vencimento para aumentar o piso e descompressão da tabela salarial, que foi substituída pelo reajuste linear de 6,38%, em fevereiro do ano seguinte; também prometeu reajuste salarial até chegar ao piso de três salários mínimos (R\$ 300,00) sempre que a folha do funcionalismo público consumisse menos que 70% da receita e a arrecadação aumentasse.	O ano letivo de 1995 começou conturbado. A greve foi tumultuada, rendendo poucas conquistas ao sindicato dos professores. Houve desconto dos dias parados, com os valores sendo devolvidos três meses depois, após os professores terem repostos as aulas. Praticamente, todas as propostas feitas pelo governo não foram cumpridas, além de exonerar os diretores eleitos, congelar e atrasar o salário dos servidores. Grandes protestos foram organizados pela comunidade escolar ao Secretário de Educação João Matos.

<p>2000 – 7 de abril a 11 de junho – 66 dias de paralisação A greve mais longa (até este momento) na história do magistério público catarinense</p>	<p>Esperidião Amin Helou Filho</p>	<p>Reajuste salarial; piso de R\$ 744,00 com base na Lei do Fundef; pagamento imediato dos atrasados de outubro, novembro e dezembro de 1998, previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários; vale-alimentação; tabela única para funcionários de escolas; contra o reordenamento do ensino e contra a mudança no sistema de avaliação dos alunos.</p>	<p>A grande conquista foi o vale-alimentação, o pagamento das promoções de 1999; além disso, o cronograma de pagamento dos salários atrasados é adiantado. Também, a aprovação da Resolução 023/00 do Conselho Estadual de Educação, que garante discussão e autonomia da comunidade escolar para definição do critério de avaliação escolar, além da não-inclusão das faltas da greve nas fichas funcionais.</p>	<p>A paralisação ocorreu em um momento em que a categoria não conseguia mais ver perspectivas de melhorias salariais e das condições de trabalho. O magistério encontrava-se com quase cinco anos de salários congelados, recebendo um piso de R\$ 277,00, enquanto a Lei do Fundef previa um piso de R\$ 744,00. O vale-alimentação, que equivale a R\$ 5,00 por dia trabalhado, passou a ser pago a partir de 2001.</p>
<p>2004 – 13 a 15 de abril – três dias de paralisação</p>	<p>Luiz Henrique da Silveira</p>	<p>Incorporação imediata de 43% (equivalente à incorporação do abono salarial do magistério) na tabela salarial, com o escalonamento das demais perdas e dois salários mínimos para funcionários de escolas; equiparação do valor do vale-alimentação ao maior valor</p>	<p>Nenhuma das solicitações foi atendida.</p>	<p>No segundo ano de mandato, o governador convocou a Assembleia Legislativa, em caráter extraordinário, no mês de janeiro de 2004, para aprovar o projeto de lei que prevê o desconto de 11% (que antes era de 9%) dos salários dos servidores estaduais para o Ipsc.</p>

		pago no executivo e que fosse estendido a todos (ativos, apo-sentados e funcionários de escolas); 50% de hora-atividade para professores das séries iniciais e 40% para professores de 5ª a 8ª séries e ensino médio.		
2004 – 27 de setembro a 9 de outubro – 11 dias de paralisação	Luiz Henrique da Silveira	Os mesmos itens solicitados em abril do mesmo ano.	Abono de R\$ 100,00, sendo R\$ 50,00 pagos imediatamente e R\$ 50,00 divididos em duas parcelas: uma em janeiro e outra em fevereiro de 2005.	O abono foi pago somente ao professor em sala de aula; além disso, de forma proporcional às horas trabalhadas. O governo prometeu pagar o abono também aos especialistas, o que depois não foi cumprido.
2006 – 30 de abril a 30 de maio – 31 dias de paralisação	Luiz Henrique da Silveira	Incorporação na tabela salarial de dois abonos de R\$ 100,00 cada; contra a proposta do governo de reformulação do Estatuto do Magistério; elaboração de um Plano de Carreira; eleição direta para diretores de escolas; concurso para serventes e merendeiras.	Incorporação de um abono de R\$ 100,00 (com pagamento parcelado até 2007); incorporação do outro abono em 2007; apresentar na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que regulamenta a eleição para diretores, a fim de que o processo seja efetivado até o	O Projeto de Lei que regulamentaria a eleição para diretores de escolas não foi enviado à Assembleia Legislativa. Como forma de pressão, várias escolas catarinenses realizaram eleição para diretores no final do ano letivo de 2006, sem a autorização do Governo do Estado. Os nomes dos diretores eleitos foram

			final do ano letivo de 2006	enviados às Gereds e encontram-se aguardando a nomeação.
--	--	--	-----------------------------	--

Quadro 1: Greves realizadas pelo magistério público catarinense (1980-2006)

Fonte: com base em Daros (1999) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (2006).

5 O DIFÍCIL COTIDIANO DAS GREVES: UM BALANÇO

Embora faça parte da história do movimento operário desde séculos, entre os professores, a greve é bastante recente em Santa Catarina e no Brasil. O ano de 1980 marca o ingresso dessa estratégia de luta no interior da organização política dos docentes catarinenses. Além de não fazer parte da cultura dessa categoria profissional, ela é inserida em um contexto profundamente marcado pelo autoritarismo. Os obstáculos e as resistências encontradas foram de toda ordem, inclusive no interior da comunidade escolar. Parte dos diretores das unidades escolares, professores e pais não aceitavam a paralisação das aulas e a participação dos professores em reuniões, assembléias, piquetes e passeatas. Como algo estranho à cultura política da época, as reações da sociedade e do governo eram de toda ordem. Apenas a partir da nova Constituição, a greve passou a ser aceita como forma legítima de organização política.

Ao longo da pesquisa, tomamos contato com inúmeros depoimentos que fizeram alusão aos momentos difíceis da organização política dos docentes. Além da repressão policial e da constante vigilância do Dops, os professores encontravam resistência no interior das escolas e na mídia. Como relata o professor Élvio Prevedello,¹² presidente da Asmop, de São Miguel do Oeste, na primeira greve estadual do magistério, em 1980, a diretora de uma escola estadual do município de São José do Cedro reagiu furiosa à presença dos manifestantes, atacando-os com palavras de baixo calão e depreendendo golpes de vassoura. A diretora impediu a comissão de greve de entrar na unidade escolar e conversar com os professores. O acesso foi possível somente porque, durante o intervalo, alguns professores intercederam, permitindo, assim, que os membros da Asmop entrassem no recinto da escola.

Outro episódio é relatado pelo professor Altair Reinehr, ex-presidente da Apromar, vice-presidente e conselheiro do Sinte – Regional de Maravilha, na década de 1980, e encarregado de redigir as notícias das greves em diferentes épocas. Em 1983, afirma o professor:

As notícias que eu redigia eram levadas ao ar pela única emissora de rádio que havia em Maravilha. De repente, não aceitaram mais notícias que eu redigia, sob a alegação: O Altair não sabe redigir notícias [...]! (Na verdade, a chefia da emissora, por picuinhas políticas, tentava me barrar, a todo custo. Cá e lá, um dirigente da nossa Apromar, que na comunicação não tinha o seu ponto forte, recebia uma chance “duma curta entrevista.” Isso irritou e indignou os demais docentes em greve, pois os objetivos [...] eram muito claros aos olhos de todos [...]. Foi aí que numa reunião de final de dia, um colega fez a seguinte observação: Altair continua com o teu trabalho de redigir notícias da greve e vamos divulgá-las em outras emissoras e jornais! A Difusora não é a única emissora!” E assim foi feito. De fato, doze emissoras da região receberam as notícias e as divulgaram na íntegra. E [...] diversas dessas notícias eu enviei à Rádio Guaíba, de Porto Alegre, que também as transmitia na íntegra.¹³

E continua o professor:

[...] Em um dado momento, na greve de 1987, quando chegamos à escola [...] uma “educadora” [...] despolida e mal-educada passou a nos ameaçar, aos gritos. Seus “berros” foram ouvidos pelos professores em sala de aula – e pelos alunos, também – que interromperam suas atividades e vieram conversar conosco. Em poucas palavras, os professores daquela escola aderiram ao nosso movimento. Na mesma greve, fomos [...] conversar com o presidente de uma comunidade escolar. Era um caboclo muito bem visto em sua comunidade, pois era o “presidente”. Encontramo-lo na roça, ocupado em seu trabalho. Pedimos para conversar “cinco minutinhos”, pois queríamos deixá-lo informado do que estava acontecendo. Pois o “xiru” quis investir sobre nós com a sua enxada. Conseguimos acalmá-lo e, depois, conseguimos conversar. Em outra ocasião, uma diretora chegou a sugerir que “fizéssemos greve durante as férias para não prejudicarmos os alunos.”¹⁴

Na greve de 1987, uma emissora de rádio propôs um debate com os professores grevistas. Concluído o debate, uma diretora da Unidade de Coordenadoria de Educação (Ucre) de Chapecó sentiu-se ofendida e decidiu processar a emissora, o apresentador e os cinco participantes. Conforme descreve o professor Altair Reinehr, “[...] fomos intimados a depor no Fórum, com testemunhas. No final, o Juiz da Comarca de Chapecó deu por encerrado o assunto.”¹⁵

Outro episódio é narrado pelo professor José Butzge, ex-presidente da Apromar e ex-coordenador regional do Sinte – Maravilha. Certa vez, em uma mobilização em São Miguel do Oeste, cidade que abrigava a Ucre, os professores mobilizaram-se em frente ao prédio da Unidade de Coordenadoria Regional de Educação, com faixas e palavras de ordem, a fim de conseguirem uma audiência com o coordenador regional. Como suas exigências não foram atendidas, os professores trancaram as portas da Ucre com cadeados e correntes – depois de todos os funcionários terem saído. Entretanto, nem os funcionários, nem os professores sabiam que uma pessoa havia sido esquecida lá dentro. Concluída a mobilização, a polícia foi acionada, e o referido funcionário foi retirado do prédio pela janela do banheiro, já que os professores que se encontravam no local não permitiram que os cadeados fossem retirados. O impasse foi resolvido mediante a realização da audiência com o coordenador regional de educação.¹⁶

A mídia também sempre assumiu posturas oscilantes em relação à greve dos professores. Conforme relata o professor José Butzge, era muito comum as emissoras negarem acesso e, até, tirarem a emissora do ar durante a entrevista. Na greve dos professores de 1986, relata Butzge, o programa simplesmente saiu do ar.

Depois soubemos que o diretor da rádio havia determinado o corte. Dependendo em que governo a greve acontecia era tudo levado ao ar, nos mínimos detalhes, e já se anunciava um dia ou mais, que o presidente do Sinte daria entrevista. Não se cobrava anúncio de roteiro de visitas às escolas para mobilizações, etc. Era canal aberto ou fechado, dependia de quem estava no governo. Se a emissora era do lado do governo, às vezes, nem pagando passava. A resposta do funcionário era quase sempre a mesma: “Vou ver se o diretor permite.”¹⁷

A professora Cecília Weschenfelder, membro da atual executiva do Sinte – Regional de Maravilha, lembra, com indignação, algumas situações vivenciadas pelos professores catarinenses durante as greves. O depoimento a seguir é ilustrativo.

[...] Mas quando fui pela primeira vez para Florianópolis, me espantei. Foi na década de 1990, não recordo exatamente o ano. Os funcionários do governo fecharam as portas e não receberam a comitiva de professores grevistas. Nós ficamos do lado de fora, com um pessoal muito alterado. Gritavam-se frases de repúdio à atitude do governo, diziam-se até palavrões. Lembro que fui me retirando, tentando ficar mais atrás porque tive medo de que alguma coisa mais séria pudesse acontecer. A polícia isolava o prédio, e nós, grande parte amedrontados, ali, sem saber o que fazer. Alguns dirigentes procuravam o diálogo, outros se alteravam muito. Nem sei se o que mais marcou foi a indignação de ser professora e me encontrar naquela situação, parece que mendigando uma situação de vida mais digna, ou a vergonha de ver educadores chegando àqueles termos. Os funcionários da Secretaria vinham até a janela, olhavam, alguns riam, outros apenas observavam. Parecia que aquilo não tinha nada a ver com eles. Depois foram retirados do prédio isolados por um cordão feito pela polícia militar. Parecia que precisavam ser protegidos de seus próprios colegas. Afinal, são professores como nós. Outro fato que marcou bastante foram as passeatas feitas nas ruas de Florianópolis. Alguns carros xingavam, tentavam passar, pediam que fôssemos trabalhar, outros poucos, faziam sinal de positivo, como que aprovando a manifestação. Enfim, não sei até quando teremos que passar por isso!¹⁸

A história da organização político-sindical dos professores catarinenses das últimas três décadas reflete a luta dos docentes por melhores condições de trabalho e pela melhoria da qualidade da educação pública. Embora a greve nunca tenha contado com ampla aceitação entre os professores, os alunos e no interior da comunidade escolar, assim como não tenha sido capaz de assegurar todas as conquistas pleiteadas, cabe destacar que as greves sempre operaram como canais de expressão política, no âmbito dos quais a profissão docente e a própria sociedade expressaram seus diferentes descontentamentos, ora com a ausência das liberdades democráticas, ora com a falta de plano de carreira para o magistério.

rio, baixos salários, sobrecarga de trabalho e assim por diante. Ainda que a greve seja questionável do ponto de vista de sua eficácia, ela é uma legítima expressão dos direitos de organização das diferentes categorias profissionais e da própria sociedade.

6 CONCLUSÃO

Ao longo de todo o período estudado, a greve foi, invariavelmente, o principal instrumento de luta política mobilizado pelos docentes catarinenses. Como todo conflito e disputa política, os ganhos vieram sempre acompanhados de algumas derrotas. Analisando essas três décadas, pode-se afirmar que a organização político-sindical teve grande expansão durante os anos 80 e metade dos 90. A partir da segunda metade da década de 1990, o movimento político-sindical dos professores começa a enfrentar dificuldades de mobilização e inicia um processo gradativo de enfraquecimento e deslegitimação perante a opinião pública e no interior da própria comunidade escolar. Observa-se uma considerável queda no número de greves, tempo de paralisação maior, conquistas significativamente menores e enfrentamentos mais duros com os governos.

A política pública educacional, de cunho neoliberal, implantada no Estado a partir desse período, foi gradativamente solapando os direitos e reduzindo os salários dos docentes. Na última década, a mobilização político-sindical dos professores catarinenses se alterou sobremaneira. O sindicalismo de luta foi substituído pelo de negociação. A greve, importante instrumento de luta e mobilização, passou a ocorrer com menos intensidade e com resultados não tão significativos, comparados aos obtidos nos anos anteriores.

A retração da legitimidade e do poder político dos sindicatos dos docentes em Santa Catarina não ocorre de forma isolada. É reflexo, também, de fatores exógenos, diretamente ligados às transformações do mundo do trabalho no final do século XX (SANTANA, 1999; RODRIGUES, 1979). Os processos de reestruturação produtiva, as novas tecnologias industriais, a terceirização, a flexibilização das leis trabalhistas e as políticas neoliberais foram alguns dos fatores econômicos e políticos que incidiram diretamente

sobre a organização sindical dos trabalhadores. Proliferaram formas do não-assalariamento, com um aumento dos trabalhadores em tempo parcial, amparados pelos novos contratos de trabalho. Conforme descreve Petras (1999), o sindicalismo está passando por um retrocesso, em relação à forma sindical implantada na década de 1980. Esse retrocesso pode ser caracterizado por quatro fatores:

Primeiro pelo declive, baixa de influência do mundo político-social [...] Quando tomam medidas legislativas que tratam de medidas sindicais, trabalhistas, nem consultam os sindicatos. [...] O segundo ponto da crise do sindicalismo é, mas já de baixa influência, a baixa de filiados [...] Não digo só os filiados que pagam, porém os filiados ativos nos sindicatos. [...] Terceiro, é a impossibilidade de os sindicatos voltarem a impor a política de pactos sociais: aquela idéia de voltarmos a discutir problemas de previdência, de pensões, de férias, de melhoras. [...] Finalmente, a crise do sindicalismo é evidente na baixa capacidade de ganhar greves. (PETRAS, 1999, p. 46).

Uma clara evidência da crise do instrumento de greve e do próprio sindicalismo, como forma de organização política, é o reduzido engajamento dos professores nas atividades propostas pelo Sinte. Na maioria das regionais do Sinte, o índice de filiações gira em torno de 20 a 30% de professores filiados. Em poucas regionais esse número ultrapassa os 40%. Apenas em duas delas – regionais de Tubarão e Maravilha – mais de 50% dos professores são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

O futuro da organização sindical dos docentes depende de vários fatores, entre os quais, da capacidade de eles romperem com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis” dos subempregados da economia informal; de romperem com o corporativismo profissional; de estruturar um sindicalismo horizontalizado, melhor preparado para incorporar o conjunto da classe que vive do trabalho, em substituição ao sindicalismo verticalizado que predominou na era do fordismo e que vem se mostrando incapaz de aglutinar tanto os novos contingentes de assalariados quanto aqueles que se encontram sem trabalho (ANTUNES, 1999, 2003).

Trajectories of the Political-syndical organization of the Teachers in the West of Santa Catarina (1988-2006)

Abstract

This article presents the results of a master's degree dissertation in education, carried through January 2004 to December 2006, about the process of political-syndical organization of the education professionals in Santa Catarina, more particularly in the West of Santa Catarina. The basic intention of this research was to describe the trajectory of the conflicts undertaken by the category during the period between 1988 and 2006. Taking as reference the most important works on syndical organization in Brazil, developed by Ricardo Antunes, Armando Boito, Leôncio Martins Rodrigues and many others, this research describes the processes of political-syndical organization of the teachers in the West of Santa Catarina. Through the documentary research and the techniques of oral memory, it was looked to know the experiences lived deeply for the involved syndical leaders in this process. The study demonstrated that the political organization of the teachers in Santa Catarina reached its apex with the creation of the SINTE, in 1998, ending the strong assistance tradition fed by the ACP and the ALISC, established, respectively, in 1952 and 1966. The SINTE fortified the category politically and was decisive for the conquest of several labor laws for the teaching category in Santa Catarina. The research shows, also, that from the second half of the 90's, the political-syndical movement of the teachers starts to face mobilization difficulties and initiates a gradual process of weakness and deprives of legitimization, including the teachers and the school community. The conflictive syndicalism was changed by the one of negotiation.

Keywords: Public politics in education. Political-syndical organization of the teachers in Santa Catarina. History of the education in the West of Santa Catarina.

Notas explicativas

¹ Uma versão preliminar e modificada desse texto foi apresentada no VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (Anpedsul), em junho de 2008.

- ² Em 1947, foi criada a Beneficência dos Professores (Bepros). Em 1951, a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina (Fucapro). Em 1952, a Associação Catarinense de Professores (ACP). Para maiores informações, ver: Lins (2002) e Daros (1999).
- ³ Hoje, a ACP agrega mais de 22.000 associados, todos servidores públicos estaduais ativos e inativos, espalhados em vinte e quatro núcleos regionais.
- ⁴ Trecho da Ata de fundação da Alisc. Arquivos Sinte/SC, transcritos em Daros (1999, p. 43).
- ⁵ Trecho de entrevista concedida pelo professor Sílvio Michells à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 22 de agosto de 2006.
- ⁶ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em março de 2005.
- ⁷ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 20 de janeiro de 2005.
- ⁸ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 20 de janeiro de 2005.
- ⁹ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 10 de dezembro de 2006.
- ¹⁰ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 20 de janeiro de 2005.
- ¹¹ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 22 de agosto de 2006.
- ¹² Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 26 de junho de 2006.
- ¹³ Trecho de entrevista concedida pelo professor Altair Reinehr à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 10 de dezembro de 2006.
- ¹⁴ Trecho de entrevista concedida pelo professor Altair Reinehr à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 10 de dezembro de 2006.
- ¹⁵ Trecho de entrevista concedida pelo professor Altair Reinehr à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 10 de dezembro de 2006.
- ¹⁶ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 28 de dezembro de 2006.
- ¹⁷ Trecho de entrevista concedida pelo professor Élvio Prevedello à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 2 de janeiro de 2007.
- ¹⁸ Trecho de entrevista concedida pelo professora Cecília Weschenfelder à pesquisadora Lucirlene P. Lemes, em 8 de dezembro de 2006.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES. **Boletim Informativo**. Associado Informe-se. Regional de Maravilha, 2003.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES. **Histórico**. Disponível em: <http://www.acp-prof.com.br/histórico_.php>. Acesso em: 18 maio 2006.

_____. **Informativos**. Florianópolis: Serial Impressos e Cópias Digitais, 1992-2006.

_____. **O empenho do passado, mantido no presente, determina o futuro, ampliando horizontes**. Disponível em: <<http://www.acp-prof.com.br/histórico.php>>. Acesso em: 18 maio 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Reestruturação do capital e os desafios do sindicalismo. **Revista Plural**, Florianópolis: Ed. Ufsc, ano 7, n. 11, set. 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 1**. Maravilha, 26 maio 1975a.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 2**. Maravilha, 19 nov. 1975b.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 6**. Maravilha, 9 ago. 1980a.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 7**. Maravilha, 16 ago. 1980b.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA.
Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 8.**
Maravilha, 9 set. 1980c.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 9.**
Maravilha, 14 out. 1980d.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n.**
10. Maravilha, 8 dez. 1980e.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 12.**
Maravilha, 27 mar. 1982a.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n.**
13. Maravilha, 3 jun. 1982b.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n.**
14. Maravilha, 19 jun. 1982c.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n.**
17. Maravilha, 19 set. 1983a.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n.**
18. Maravilha, 17 set. 1983b.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n.**
21. Maravilha, 5 ago. 1984a.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA.
Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 24.**
Maravilha, 20 set. 1984b.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 25.** Maravilha, 17 dez. 1984c.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 30.** Maravilha, 21 set. 1985a.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 34.** Maravilha, 27 nov. 1985b.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 35.** Maravilha, 3 mar. 1986a.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 37.** Maravilha, 08 ago. 1986b.

_____. Estatuto da Apromar. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 40.** Maravilha, 26 fev. 1987a.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 44.** Maravilha, 11 jun. 1987b.

_____. Estatuto da Apromar. Livro de Atas das Assembléias Gerais. **Ata n. 47.** Maravilha, 15 fev. 1989.

AUED, Bernardete Wrublewski. Sindicalismo hoje. **Revista Plural**, Florianópolis: Ed. Ufsc, ano 7, n. 11, set. 1999.

BOITO, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Ed. Unicamp, 1991.

BUTZGE, José. **A Apromar, a Alisc, a ACP, o Sinte/SC e o Sinte – Regional de Maravilha**. Maravilha, 27 dez. 2006. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

_____. **As greves do magistério público catarinense**. Maravilha, 2 jan. 2007. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

_____. **O Sinte/SC e o Sinte – Regional de Maravilha**. Maravilha, 28 dez. 2006. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

CAMPOS, Antônio Valmor de. **A Apromar e o Sinte/SC**. Florianópolis, 13 dez. 2005. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação**: a luta dos professores pela Democratização da Educação. Florianópolis: Ufsc/NUP, 1999.

DE MARCO, Ben Hur; TREVISOL, Joviles Vitório. **O meio ambiente nos municípios de Santa Catarina**. Panorama das condições ambientais locais e dos instrumentos de gestão. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções – 1789 – 1848**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LINS, Zenilda Nunes. **ACP – 40 anos**. Florianópolis: Edeme, 1995.

_____. **ACP – Sucesso e consolidação**. Florianópolis: Edeme, 2002.

MICHELLS, Sílvio. **As associações regionais, a Apromar e o Sinte/SC**. Romelândia, 22 ago. 2006. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

PETRAS, James. O sindicato diante das políticas neoliberais. **Revista Plural**, Florianópolis: Ed. Ufsc, ano 7, n. 11, set. 1999.

PREVEDELLO, Élvio. **As associações regionais e a Apromar. A criação da Alisc**. Maravilha, 21 dez. 2004. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

_____. **As greves do magistério público catarinense**. Maravilha, 20 jan. 2005. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

_____. **O Sinte/SC e o Sinte – Regional de Maravilha**. Maravilha, 26 jun. 2006. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

REINEHR, Altair. **A ACP, a Apromar e o Sinte – Regional de Maravilha**. Maravilha, 10 dez. 2006. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Tendências futuras do sindicalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 45-54, out./dez. 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, out. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 14 out. 2004.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Livro de Atas das Assembléias Gerais do SINTE. **Ata n. 2**. Maravilha, 5 ago. 1991a.

_____. Livro de Atas das Assembléias Gerais do Sinte. **Ata n. 3**. Maravilha, 8 ago. 1991b.

_____. Livro de Atas das Assembléias Gerais do Sinte. **Ata n. 4**. Maravilha, 13 maio 1994a.

_____. Livro de Atas das Assembléias Gerais do Sinte. **Ata n. 4/94**. Maravilha, 4 set. 1994b.

_____. Livro de Atas das Assembléias Gerais do Sinte. **Ata n. 6/94**. Maravilha, 12 nov. 1994c.

_____. **Diário de greves**. Disponível em: <www.sinte-sc.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2006.

_____. **Informativo do Sinte**. Florianópolis: Gráfica Riosul, 1990-2006.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Jornal do Sinte**. Florianópolis: Gráfica Riosul n. 30, out. 2003.

_____. _____. Florianópolis: Gráfica Riosul, 1990-2006.

_____. **Livro de Atas das Assembléias Gerais do Sinte**. Maravilha, 1989-2006.

_____. **Número de filiados do Sinte**. Disponível em: <www.sinte-sc.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2006.

_____. **Quadro comparativo do Estatuto do Magistério Público Estadual Vigente e o Anteprojeto do governo**. Disponível em: <www.sinte-sc.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2006.

_____. **Reajustes salariais conseguidos pelo magistério público catarinense de 1990 a 2006**. Disponível em: <www.sinte-sc.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2006.

_____. **Valores salariais a partir de junho de 2006 (40 horas semanais)** – Tabela consolidada para todos os professores estaduais em Santa Catarina. Disponível em: <www.sinte-sc.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2006.

SOUZA, Ana Maria Borges de. **Da escola às ruas. O movimento dos trabalhadores em educação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas/Coleção Teses, 1996. v. 7.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **Brasil. História e Sociedade**. São Paulo: Ática, 2000.

WESCHENFELDER, Cecília. **A organização dos professores catarinenses**. Maravilha, 8 dez. 2006. Entrevista concedida à Lucirlene Pertuzatti Lemes.

Recebido em 10 de setembro de 2008

Aceito em 13 de novembro de 2008

